



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

LORENA SOUSA ARAUJO

**O EFEITO DO CONTESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO CABO NORTE – Século XIX**

MACAPÁ
2023

LORENA SOUSA ARAUJO

**O EFEITO DO CONTESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO CABO NORTE – Século XIX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade
Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do
título de Licenciada em Sociologia.

Orientador (a): Prof^a. Dr. David Junior de Souza
Silva

MACAPÁ
2023

LORENA SOUSA ARAUJO

**O EFEITO DO CONTESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS
COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO CABO NORTE – Século XIX.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Sociologia da Universidade
Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do
título de Licenciada em Sociologia.

Macapá, AP, 28_de Outubro_de 2023.

BANCA EXAMINADORA

David Junior de Souza Silva

ASSINATURA DO ORIENTADOR (PRESIDENTE)

Adriana Jeneiro de Silva

ASSINATURA DO(A) EXAMINADOR(A):

 Documento assinado digitalmente
CARMENTILLA DAS CHAGAS MARTINS
Data: 01/12/2023 12:29:52-0300
Verifique em <https://validar.it6.gov.br>

ASSINATURA DO(A) EXAMINADOR(A):

Vinicius Madureira Maia

ASSINATURA DO(A) EXAMINADOR(A):

MACAPÁ
2023

O EFEITO DO CONTESTADO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS NO CABO NORTE – Século XIX

THE EFFECT OF CONTEST IN THE FORMATION PROCESS OF RURAL BLACK COMMUNITIES IN NORTHERN CAPE - XIX CENTURY

Lorena Sousa Araújo¹

<http://lattes.cnpq.br/8291861710593260>

<https://orcid.org/0009-0002-8871-0893>

Resumo

As contemporâneas comunidades quilombolas no Amapá estão localizadas em três regiões distintas: uma no município de Mazagão, outra no município de Macapá, e outra ao norte, abrangendo os municípios de Calçoene e Oiapoque. A formação e a disposição espacial contemporânea destas comunidades demanda uma explicação de sua história, relacionada com as condições específicas da colonização, a escravidão, o tráfico de escravizados e a exploração de trabalho escravo na região. A resistência contra a escravidão e a formação dos mocambos, como esconderijos, são fator sociológico importante da formação de quilombos pelo Brasil e obedecem a certas considerações próprias, como as condições de possibilidade da fuga e a efetividade do esconderijo, segundo as condições favoráveis do ambiente. Nesta dimensão das condições de possibilidade para a resistência, na Amazônia Setentrional, o Contestado Franco-Brasileiro aparece como variável de considerável importância, à medida em que os africanos escravizados na região manusearam este conflito diplomático em favor de sua luta por liberdade. A hipótese de trabalho desta pesquisa é que a compreensão da disputa do Contestado Franco-Brasileiro tem importância fundamental para o entendimento de muitos dos processos de fuga que se desenrolaram nesta região e pode ter tido importância decisiva na formação de muitas comunidades quilombolas na região – que, ademais, cabe ainda ser identificadas tendo como critério sua relação com os processos do Contestado. Este artigo tem como temática a interpretação do processo do contestado franco-brasileiro, analisar rotas de fuga e as formações de mocambos, e as condições envolvidas na escolha dessas rotas e esconderijos identificando possíveis rotas de fuga para os escravizados da Amazônia.

Palavras-Chave: Contestado, conflitos, território, fugas, resistência.

Abstract

The contemporary quilombolas communities in Amapá are located in three distinct regions: one in the municipality of Mazagão, another in the municipality of Macapá, and another to the north, covering the municipalities of Calçoene and Oiapoque. The formation and contemporary spatial arrangement of these communities requires an explanation of their history, related to the specific conditions of colonization, slavery, the slave trade and the exploitation of slave labour in the region. Resistance against slavery and the formation of mocambos as hiding places are an important sociological factor in the formation of quilombos throughout Brazil and they obey certain specific considerations, such as the conditions of possibility for escape and the effectiveness of the hiding place, according to the favorable conditions of the environment. In this dimension of the conditions of possibility for resistance, in northern Amazonia, the Franco-Brazilian Contestado appears as a variable of considerable importance, as enslaved Africans in

¹Graduanda em Licenciatura em Sociologia na Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. e-mail: lorenaaraujognr@gmail.com.

the region used this diplomatic conflict in favor of their struggle for freedom. The working hypothesis of this research is that understanding the Franco-Brazilian Contestado dispute is of fundamental importance for understanding many of the escape processes that took place in this region and may have played a decisive role in the formation of many quilombola communities in the region - which, moreover, still need to be identified using their relationship with the Contestado processes as a criterion. The theme of this article is the interpretation of the Franco-Brazilian Contestado process, analyzing escape routes and the formation of mocambos, and the conditions involved in choosing these routes and hiding places, identifying possible escape routes for the enslaved in the Amazon.

Keywords: Contestado, conflicts, territory, escapes, resistance

1 Introdução

A pesquisa aqui proposta tem o objetivo de analisar e entender por meio de quais processos se deu a formação socioespacial dos mocambos, esconderijos e das comunidades quilombolas na região do Amapá. Nesse sentido, analisaremos as condições sociológicas da configuração do espaço juntamente com os fatores históricos, políticos, sociais e econômicos que possam nos possibilitar a compreensão dos processos de fuga de negros escravizados, indígenas e soldados desertores, que juntos compreendem uma configuração social. Desta forma então, procura-se compreender o Contestado Franco-Amapaense como um fator indispensável para pensar a resistência, mais especificamente contra a escravidão, na fronteira dos domínios portugueses e franceses no período colonial e como variável na formação dos mocambos e quilombos do Amapá.

O Contestado Franco-Amapaense é a denominação utilizada para reconhecer a demarcação do limite territorial entre o Amapá e a Guiana Francesa. A área contestada compreende as fronteiras do rio Oiapoque e o rio Araguari. Essa disputa se inicia com as duas potências colonizadoras, França e Portugal, onde posteriormente o Brasil assume o lugar de Portugal após sua independência em 1822. A neutralização dessas fronteiras iniciou-se em 1841, e a área do Contestado seguiu sendo uma área livre de qualquer jurisdição até o ano de 1900 com a arbitragem suíça que determinou a área contestada pertencente ao Brasil.

O objetivo principal é a compreensão da disputa do contestado franco-brasileiro e suas implicações sociais ocorridas com as fugas dos africanos escravizados que vinham de diferentes partes do território. Como o contestado Franco-brasileiro pode ter influenciado os processos de fugas e essa resistência contra a escravidão nas fronteiras vizinhas? Como que os fugitivos, especialmente os negros escravizados, utilizaram-se das regiões do contestado como benefício próprio e estratégia de sobrevivência a

colonização? Que tipo de implicações sociais e históricas a compreensão da disputa do contestado pode nos possibilitar? Que tipo de influência essas lutas pela liberdade no período colonial na região do Cabo Norte podem ter tido na formação dos atuais quilombos existentes na região do atual estado do Amapá? Esses são questionamentos norteadores desse trabalho, e a partir deles tentaremos compreender toda a dinâmica da resistência, das lutas, e das tensões sociais que se configuraram no período colonial na fronteira entre as terras de domínio português e francês.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e interpretação da literatura dos textos históricos que tratam o período escravista na Amazônia até o século XIX . O referencial teórico utilizado é vertente da sociologia do espaço e da sociologia Histórica conhecida como Sociologia Figuracional

A sociologia histórica e a sociologia do espaço são os marcos interpretativos que nortearam esse trabalho. No que tange a sociologia histórica, foi-se apropriado de conceitos importantes para a interpretação da sociedade do período colonial no Amapá, tais como os conceitos de figuração que representam um conjunto de representações sociais e as relações existentes entre si, tensões sociais, e análise dos processos sociais em uma perspectiva histórica. Já no campo da sociologia do espaço, os conceitos de classificação, região, representação e lutas regionais se mostraram de importante relevância para a compreensão do espaço nessa região, bem como também para a tentativa de entender quem tinha o poder de estabelecer os princípios de definição do mundo social, visto que essa divisão é feita através das lutas regionais e pelo poder.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado a temática da pesquisa e uma breve descrição do Contestado Franco-Amapaense, aplicado ao campo do saber da Sociologia do Espaço e Sociologia Histórica. O segundo capítulo aborda de forma mais detalhada os conceitos de região, lutas regionais, poder e figurações sociais, os quais se apresentam como conceitos chave para a compreensão do contestado de acordo com a proposta do trabalho. No terceiro capítulo analisamos o desenvolvimento histórico das tensões e conflitos na fronteira Franco-Amapaense, que resultam na neutralização desse território onde surgem figurações e dinâmicas de interdependências específicas da área contestada. Por último, nas considerações finais, refletimos a forma em que esse conflito diplomático entre França, Portugal e posteriormente o Brasil, foi utilizado de forma estratégica como resistência pelos africanos escravizados que buscavam a sua liberdade e a sobrevivência à colonização da sociedade escravocrata.

2 Espaços, história e sociedade

Nesta seção, desenvolvemos os conceitos de região, representação, lutas regionais e poder que estão vinculados ao campo do saber da Sociologia do Espaço, ao qual aplicamos na compreensão sociológica dos processos de disposição espacial da formação dos quilombos no estado do Amapá. Abordamos também o campo da Sociologia Histórica, onde desenvolvemos os conceitos de figurações sociais para entender as mudanças estruturais que ocorriam no período colonial.

2.1 Sociologia do Espaço

Em “O Poder Simbólico” Pierre Bourdieu (1989) inicia as discussões acerca do conceito de região, onde tenta compreender a sua gênese e a história social da sua utilização, bem como suas representações e processos aos quais estão associados. Essas representações da realidade, por sua vez, estão ligadas ao processo que depende de conhecimento e reconhecimento. Um dos primeiros pontos que o autor observa é a região enquanto objeto de disputa entre os cientistas de diversas áreas como: geógrafos, historiadores, etnólogos, economistas e sociólogos. Juntas essas áreas têm em comum a concorrência pelo monopólio da divisão.

Desta forma, o autor nos apresenta conceitos como: região, representação e lutas regionais que nos permitem pensar em uma Sociologia do Espaço. Segundo o conceito de região, pode-se dizer que:

A etimologia da palavra região (regio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc). Regere fines, o acto que consiste em traçar as fronteiras em linhas rectas, em separar o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro, é um acto religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade. (BOURDIEU, 1989, p. 113)

O fato de que as regiões são caracterizadas justamente pelo conjunto histórico existente, que fora construído e repassado por seus antecessores, é o que constitui o sentido de identidade, abandonando-se daquilo que é concebido como natural e retratando a construção da história nesses espaços que reflete o pessoal e o social. E é este mesmo conjunto que pode ser deixado de lado ao se deparar com um tipo de dominação que já não leva em consideração aquilo que foi produzido pelos indivíduos.

Para Bourdieu (1989), a luta pela definição de identidade sobre estigmas, emblemas e sinais como o sotaque, são casos particulares das lutas das classificações e

do monopólio, que tem objetivo de fazer conhecer, reconhecer e impor uma definição legítima das divisões do mundo social. Em outras palavras, o objetivo dessas representações impostas é o poder de estabelecer uma visão do mundo social através dos princípios de divisão, que quando incorporada ao conjunto do grupo tem um sentido sobre a realidade da identidade e a unidade social.

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo o que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como “nós” por oposição a “eles”, aos “outros” e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo que toca à identidade. (BOURDIEU, 1989, p.124)

A região está ligada ao princípio da divisão entre as fronteiras e os espaços. Esse ato, na visão do autor, é realizado pelo personagem da mais alta autoridade, uma verdade que tem força de lei e tem o poder simbólico do reconhecimento de produzir tudo aquilo que enuncia.

Nesse sentido, as reações dos escravizados resultaram na ocupação do espaço neutralizado do Contestado como uma forma de resistência, o que gerou por mais de meio século uma situação de tensão e conflitos por esse espaço. Dessa forma, ocorria a fuga desses escravizados para os mocambos/quilombos, que se tornaria a forma mais significativa de sobrevivência à escravidão.

Bourdieu (1989) também aponta que o discurso regionalista é um discurso performativo que tem o objetivo determinar como legítima uma nova definição de fronteiras, fazendo conhecer e reconhecer a região assim delimitada. A eficácia do discurso performativo é sobrevir o que o personagem concebe no próprio ato de enunciar e é proporcional a autoridade de quem enuncia. O poder sobre o grupo quando se trata de dar existência ao próprio grupo reside na capacidade de impor uma visão e divisão comuns, uma visão idêntica de sua unidade.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social (...) (BOURDIEU, 1989, p. 113)

O que se verifica nesse contexto é a luta coletiva pela subversão das relações de forças simbólicas, que tem em vista a destruição da tábua dos valores que as constitui

como estigmas e que procura impor os novos princípios de divisão. O estigma produz a revolta contra o próprio estigma do grupo ao qual é constituído e, assim, termina na sua institucionalização, através dos efeitos económicos e sociais da estigmatização. A reivindicação regionalista é também uma resposta à estigmatização que produz o território do qual ela é o produto. Se a região não existisse como espaço estigmatizado, delimitado pela distância económica e social, não teria que reivindicar a existência.

Para o caso da problemática da pesquisa, o conceito de região é relacionado com a espacialização da formação dos quilombos/mocambos na região do Amapá, especificamente os que surgem nas fronteiras entre a Guiana Francesa e Portugal, onde posteriormente é definido como contestado Franco-brasileiro. Esses conceitos nos possibilita uma análise sobre os princípios de definição do mundo social em que os africanos escravizados estavam inseridos, tendo em vista um processo marcado pelo poder colonizador que era estabelecido na região.

Mediante destaque desse fato é possível pensar as diversas formas de classificação das sociedades e como isso pode nortear o conceito de região. Todavia, não é tudo:

A realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima. (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Uma condição deve ser destacada como sendo muito importante a partir do pensamento de Bourdieu (1989), é de que existe uma luta por representação, seja ela étnica ou regional, e cada uma delas acontece a partir da necessidade de ser reconhecido. E o meio para se alcançar isso é a partir de manifestações que tem como objetivo trazer voz, dar visibilidade àqueles que foram ignorados ou tiveram seu direito de voz negado.

Bourdieu (1989) argumenta que exercer poder sobre um determinado grupo, visando sua existência enquanto coletividade, consiste em impor princípios de visão e divisão compartilhados, resultando em uma perspectiva única de unidade e identidade. Nessa perspectiva, é possível observar a imposição de classificações por meio do poder dos colonizadores naquele período, os quais buscavam impor essa visão singular de unidade e identidade sobre os africanos escravizados.

Nesse sentido, essa perspectiva que o autor nos apresenta é importantíssima ao depararmos com a questão da resistência à escravidão no Brasil, onde podemos perceber de forma muito clara todas essas características supracitadas que o autor traz em sua obra.

É um ponto chave de análise para entender como e por quê se davam os conflitos na região do Contestado. Nos permite a reflexão acerca dos processos de dominação e poder, bem como a definição da ideia de região como chave analítica desse processo de ocupação do espaço.

Outra análise que os conceitos de Bourdieu nos proporciona é a noção de identidade, que nos possibilita entender como ocorrem as movimentações entre os escravizados para formularem rotas de fuga e se organizarem nos mocambos/quilombos em busca de autonomia e liberdade.

2.2 Sociologia Histórica

Em “A sociedade de corte” Norbert Elias (1969) apresenta uma análise da corte real do antigo regime e as características a ela associadas. No entanto, o foco da discussão e análise aqui proposta, é de observar o método por ele desenvolvido ao longo dessa observação.

O autor apresenta um conceito importante para se compreender a metodologia por ele utilizada que é denominado de “figurações sociais”, essas figurações segundo ele, são compostas por indivíduos interdependentes que se relacionam entre si. Essas figurações específicas contribuem para a investigação sociológica. No caso específico do trabalho aqui proposto, estaremos analisando as figurações e os processos de mudanças na estrutura social que ocorriam nos limites da fronteira do contestado franco-brasileiro.

A relação entre a sociologia e a história se mostra fundamental no sentido de uma investigação para séries de acontecimentos únicos do passado. No caso da sociologia, o autor coloca que seu objetivo é “trazer para o primeiro plano justamente aquilo que costuma aparecer na pesquisa histórica como segundo plano desestruturado, tornando tais fenômenos acessíveis a investigação científica como o nexos estruturado dos indivíduos e seus atos” (ELIAS, 1969, p. 51).

O método da Sociologia Figuracional de Elias nos permite o desafio de analisar os dilemas das relações entre estrutura e compreender a mudança social da relação entre indivíduos e sociedade. No caso da problemática da pesquisa, que procura conhecer sociologicamente a formação socioespacial das comunidades negras rurais do Amapá, levar em consideração os processos sociais de longo prazo é de extrema importância. Nesse sentido, a sociologia figuracional de Elias surge como modalidade de pesquisa para nortear esse estudo que visa compreender esses processos de mudanças estruturais na sociedade escravista situada no Amapá.

O conceito de poder passou de ser uma substância para tornar-se uma relação. No âmago das configurações mutáveis, que formam o cerne do processo de configuração, existe um equilíbrio flutuante e elástico de poder. Este equilíbrio oscila para frente e para trás, inclinando-se inicialmente para um lado e, em seguida, para o outro, representando uma característica estrutural do fluxo em cada configuração (ELIAS, 1999). Este conceito pode ser aplicado tanto a grupos relativamente pequenos como a sociedades constituídas por milhares ou milhões de pessoas interdependentes.

Para o caso da pesquisa aqui proposta, que tem como objetivo analisar e compreender sociologicamente a disposição espacial da formação dos quilombos no Estado do Amapá, levar em conta os processos das mudanças estruturais das configurações sociais no período colonial é necessária, tendo em vista o processo colonizador e a formação de mocambos e quilombos.

Nos situamos no campo da Sociologia Figuracional para realizar esta investigação. O conceito de “configuração” desenvolvido por Elias se mostra fundamental para essa abordagem, e é explicado de tal forma:

Por configuração entendemos o padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores — não só pelos seus intelectos mas pelo que eles são no seu todo, a totalidade das suas acções nas relações que sustentam uns com os outros. Podemos ver que esta configuração forma um entrançado flexível de tensões. A interdependência dos jogadores, que é uma condição prévia para que formem uma configuração, pode ser uma interdependência de aliados ou de adversários. (ELIAS, 1999, p. 143)

Nesse contexto, a categoria de configuração nos permite uma análise da relação indivíduo e sociedade em uma perspectiva histórica. Dessa forma, Elias busca destacar os procedimentos, as mudanças e os movimentos pelos quais as representações podem se desenvolver de maneiras diversas, podendo ou não passar por transformações intensas ao longo do curso histórico.

Para Elias, devido à interdependência entre os indivíduos, todos os seres humanos naturalmente se organizam em configurações específicas, inicialmente influenciados pela natureza e, posteriormente, moldados pelo processo civilizatório através da aprendizagem social.

Configurações tão complexas terão de ser abordadas indirectamente e compreendidas mediante uma análise dos elos de interdependência. Isto ilustra uma vez mais porque é que a análise sociológica nunca pode usar justificadamente substantivos desumanizados como instrumento de investigação. Conceitos como estrutura, a função, papel ou organização, economia ou cultura, não conseguem traduzir uma referência a determinadas configurações de pessoas. O mesmo se aplica ao conceito de «jogo», se

perdermos de vista o facto do jogo ser um aspecto de uma configuração particular de jogadores (ELIAS, 1999, p. 143).

No caso da problemática da pesquisa, a partir desse conceito podemos analisar a função de cada indivíduo que compõem a figuração estabelecida no contestado, bem como, a posição na estrutura social desse contexto e as redes de relações e interdependências que esses sujeitos estão inseridos.

De acordo com Elias, a noção de indivíduo que o autor desenvolve nos mostra que este está sempre inserido em relação à sociedade, se apresentando como importante chave de análise para adentrarmos o pensamento do mesmo.

O indivíduo não é independente das relações nas quais se encontra inserido, independente do constante entrelaçamento de fios mediante o qual ele se transforma no que é [...]. Não existe um grau zero do vínculo social do indivíduo, um começo ou uma ruptura nítida no sentido de que ele ingressa na sociedade como que vindo de fora, como um ser não afetado pela rede social e, então começa a se vincular a outros seres humanos. Ao contrário, o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. [...] essas redes de relações estão presentes nele e são representadas por ele, quer ele esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho, quer trabalhe ativamente em uma grande cidade, ou seja, um naufrago em uma ilha a mil milhas de sua sociedade. (ELIAS, 1994, p. 31).

Desse modo, é possível entender que as configurações são formadas por indivíduos que se relacionam entre si e que fazem acordos e negociações de forma dinâmica. As configurações podem existir de diversas maneiras. Elias trata a figuração como dinâmica, visto que o indivíduo tem a liberdade de ação que lhe permite desvincular-se de uma figuração e participar de outra. Em outras palavras, podemos dizer que uma rede de indivíduos podem formar diferentes figurações uns com os outros (ELIAS, 1999).

De acordo com Elias, a análise dos indivíduos deve ser percebida a partir de suas relações pessoais, visto que, se a investigação fica restringida apenas a comportamentos desses indivíduos separados, terá como resultado “[...] apenas um acesso limitado a problemas de estruturas sociais, de configurações mutáveis de pessoas, de distribuição de poder ou de equilíbrio de tensões nas configurações, ou a muitas outras questões especificamente sociológicas” (ELIAS, 1999, p. 144).

Nesse sentido, a preocupação do autor está na compreensão de comportamentos, práticas e discursos constitutivos da vida social. O autor analisa que “[...] grupos minoritários podem ter uma significação sociológica que ultrapassa em muito sua importância quantitativa” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 119).

O conceito de configuração coloca o problema das interdependências humanas no centro da teoria sociológica, no caso das relações de dominação entre escravocratas e escravizados destaca-se:

É isto que expressa o conceito de interdependência: como em um jogo de xadrez, cada ação decidida de maneira relativamente independente por um indivíduo representa um movimento no tabuleiro social, jogada que por sua vez acarreta um movimento de outro indivíduo – ou, na realidade, de muitos outros indivíduos –, limitando a autonomia do primeiro e demonstrando sua dependência. (ELIAS, 2001, p. 157)

Neste caso quando havia fugas ou rebeliões de escravizados, os escravocratas contavam com aparato seja ele estatal ou comunitário, o que faziam garantir como natural a manutenção de escravizados em condições desumanas na época, ora contavam com a ajuda da polícia para recapturar os revoltosos, ora contavam com a delação dos esconderijos por moradores conhecedores da região, como num jogo que nunca acabava para o negro escravizado:

Nem o "jogo" nem os "jogadores" são abstrações. Ocorre o mesmo com a figuração que os jogadores formam ao redor da mesa. Se o termo "concreto" tem um sentido, pode-se dizer que a figuração formada por esses jogadores, e os próprios jogadores, são igualmente concretos. O que é preciso entender por figuração é a imagem global sempre mutante que formam os jogadores; ela inclui não apenas o intelecto deles, mas toda sua pessoa, as ações e as relações recíprocas. (ELIAS, 2001, p. 157)

O que nos leva a refletir sobre a formação dos mocambos e quilombos na região do contestado a partir da atuação de indivíduos que historicamente estiveram em posições que relacionadas a busca por poder decisório movimentavam a dinâmica local e se estabeleciam em posições de autoridade.

Competições por prestígio e status podem ser observadas em muitas formações sociais; é possível que se encontrem em todas as sociedades. Nesse sentido, o que se observa na sociedade de corte tem um caráter paradigmático. Portanto, nossa atenção é dirigida para uma figuração social que leva os indivíduos que a formam a uma competição particularmente intensa e específica por chances de poder ligadas ao status e ao prestígio. (ELIAS, 2001, p. 110)

Status esse que poderia ser garantido por um dono de escravo com grandes propriedades e influência política local, ou mesmo por autoridades militares que com seu poder de atuação e decisão poderiam indicar lideranças dentro de uma região para atuar de acordo com os interesses das colônias.

A ideia de região trazida por Bourdieu é um produto de construção simbólica, surgindo a partir de uma disputa entre diversas áreas de conhecimento, a fim de estabelecer os limites e significados de um determinado território. Esse conceito nos

remete a um contexto histórico cheio de tensões e conflitos sociais por demarcação de território, como é o caso do Contestado franco-amapaense. Já o conceito de figuração social nos permite analisar os papéis sociais dos indivíduos na sociedade e as mudanças na estrutura social ocorridas no período analisado.

Esses dois conceitos serão usados de forma combinada para compreender de que forma o contestado ofereceu um espaço neutralizado em que foi possível a formação de mocambos/quilombos onde os escravizados podiam reivindicar suas lutas por liberdade.

3 Tensões e conflitos na fronteira franco-amapaense.

Nesta seção faremos um desenvolvimento histórico do início das tensões entre Portugal e França e destacamos a criação dos principais tratados que foram assinados até a neutralização da fronteira. Em seguida, analisaremos as relações diplomáticas e as relações de poder de indivíduos que exerciam importantes papéis sociais, identificando as figurações e as dinâmicas de interdependências e tensões que se desenvolveram no território litigioso. Analisaremos também a formação da república do Cunani e a arbitragem suíça que resultou no fim do conflito diplomático na região entre as fronteiras da Guiana Francesa e Brasil.

Uma parte do atual estado Amapá entre o período do século XVIII e XIX foi uma área de intensos conflitos e lutas pela liberdade, diversos fatores influenciaram para que algumas zonas fossem propícia as várias faces da experiência da colonização e da tentativa de ocupar as grandes regiões amazônicas, em específico na região do contestado franco-amapaense, onde era localizado em uma importante área de fronteira colonial internacional juntamente com a colônia da Guiana Francesa.

As condições geográficas eram favoráveis por ser uma região de grande território, e possibilitavam essa luta pela liberdade dos negros escravizados fugitivos, não somente como também para outros personagens como indígenas e soldados desertores. Esses fugitivos então, na tentativa e oportunidade de fuga, criaram importantes rotas de fugas, e especificamente no caso dos negros escravizados iniciavam-se as formações dos mocambos.

Os conflitos e interesses econômicos nessa região da fronteira do Cabo Norte e com a região dos domínios franceses intensificavam-se cada vez mais quando acontecia

a fugas de seus negros escravizados de uma região para a outra. De acordo com Gomes (1999), não eram apenas os conflitos ocasionados pelas fugas desses escravizados, mas porque se tratava de interesse de dominação de terras entre os dois domínios, principalmente as terras de domínios francêss que prolongavam suas explorações até a foz do rio Amazonas e passava-se a estender-se a lugares próximos do rio Oiapoque. Outra questão que preocupava as autoridades coloniais portuguesas era o comércio clandestino nas fronteiras entre franceses e indígenas.

No Amapá, em específico a área que divisa com a Guiana francesa, foi o centro de intenso de constantes tensões e lutas pela liberdade entre comerciantes, grupos indígenas, desertores, criminosos e negros escravizados de domínios franceses e portugueses. Os conflitos pela luta pela liberdade foram tão intensos que desde 1732 existia um tratado internacional chamado de Utrecht, entre as duas coroas, que cobrava a devolução dos escravizados que fugiam e se refugiavam nas coroas vizinhas. Por ser uma área de fronteira, sempre havia constantes desconfianças entre França e Portugal quando se tratava de ocupação coloniais entre as duas regiões.

3.1 O início das tensões entre as coroas e a criação dos tratados.

As expedições militares francesas contra os mocambos que emergiram na região do Amapá tornaram-se frequentes a partir de 1779, esses mocambos ficavam localizados no rio da Pedreira e no rio Araguari (GOMES, 2002). Essas tentativas de capturas na maioria das tentativas não obtinham sucesso. As dificuldades geográficas que esses militares encontravam eram fator estratégico, onde os fugitivos procuravam lugares de difícil acesso para que não fossem localizados.

Um dos fatores importantes que contribuíram para o êxito das fugas foi uma grande “rede de comunicação e cooperação entre quilombolas e escravos” (GOMES, 2002, p. 54), essas relações partiam de vaqueiros a taberneiros, que cooperavam junto aos fugitivos nos períodos de perseguição.

Nesse contexto, podemos perceber o arranjo de uma configuração social organizada pelos escravizados e quilombolas. Essas redes de sociabilidades atuavam de acordo tanto com os interesses desses indivíduos que participavam dessas figurações quanto aos interesses dos escravizados fugitivos.

De acordo com Gomes (1999), a região do Amapá era uma das principais zonas que tinham os maiores números de pontos de mocambos, visto que o processo de fugas já havia começado há bastante tempo. Os números de fugas que eram registradas de Mazagão à Macapá, preocupavam bastante as autoridades coloniais que alegavam falta de patrulhamento disponível e eficaz. Os próprios moradores de Macapá, mobilizaram-se em busca de providência para captura dos negros escravizados que fugiam da região e partiam em direção as margens do Rio Araguari. E também havia figuração contra os escravizados e quilombolas.

Diante do exposto acima, podemos perceber a existência de uma figuração escravista, na qual se apresentava uma tensão entre redes a favor e contra a organização dos mocambos/quilombos. A eliminação de qualquer possibilidade de manutenção das redes de interdependência dos mocambos era o objetivo das autoridades de ordem escravocrata.

Os quilombolas organizavam-se não somente durante as fugas, mas também visavam construir uma “base econômica suficientemente sólida” (GOMES, 2002, p. 57), utilizavam a agricultura para a subsistência e as trocas mercantis, onde obtinham gado, farinha, canoas, armas e outros produtos, através dos saques e roubos a lavradores. Buscavam com essas trocas comerciais a autonomia, mas para isso era necessário relações de proteção não só com outros setores da sociedade escravocrata, mas também com indígenas, desertores e outros personagens que faziam parte dessa grande rede.

Apesar das dificuldades de deslocamento, seus integrantes estabeleceram contatos significativos com missionários, camponeses e comerciantes que percorriam os caminhos fluviais da região, protagonizando uma série de aventuras. Com suas ações e concepções de mundo, sempre em busca da liberdade, imprimiram marcas significativas de sua existência no processo de ocupação das fronteiras entre o Brasil e as Guianas, sobretudo no chamado Contestado franco-lusitano (depois franco-brasileiro), região situada atualmente no Estado do Amapá (GOMES; QUEIROZ, p. 22)

O “palco principal” desses conflitos e tensões compreenderia uma área que estava sob litígio internacional, que vinha desde o rio Oiapoque até o rio Araguari, que corresponde a uma grande área do atual estado do Amapá. Esse território foi alvo de disputas territoriais desde o final do século XVII. Portugal e França disputavam o controle colonial dessa região juntamente ao Brasil, onde durante muitos anos, perdurou-se intensos conflitos e lutas.

Na análise dos dados que apresentamos aqui, demonstramos como as negros escravizados se aproveitaram estrategicamente de um conflito diplomático para conquistar sua autonomia e libertação da escravização.

O primeiro grande marco deste conflito diplomático foi o tratado de Utrecht em 1713, na qual as soberanias de Portugal e França, acordaram como fronteira às margens do rio Amazonas e do rio “Japoc ou Vicente Pinção”, que não era compreendido com precisão, por conta de sua denominação e mapas sem exatidão (GRANGER, 2011). Apesar de estabelecido o tratado de Utrecht, não houve respeito ao cumprimento do acordo por parte dos franceses, que entendiam que os limites estabelecidos acumulavam benefícios aos portugueses. Sendo assim, foram continuados as investidas militares francesas naquela região.

Depois do tratado de Utrecht, outros tratados de paz foram assinados na tentativa de estabelecer limites mais precisos, sendo eles, o tratado de 1797 no qual “estabelecia como limite territorial entre o domínio português e o francês o rio Calçoene, que se localiza entre o rio Araguari e o rio Oiapoque” (OLIVEIRA, 2008, p. 31). Entretanto, esse tratado não foi efetivado pelo governo de Portugal.

O tratado de Badajóz, de 1801, determinava que o limite das terras do Cabo Norte teria início no Rio Araguari, que compreendia sua foz até a nascente. Este tratado foi assinado por Portugal sob forte imposição da França, que teria que pagar uma “indenização” de 15 (quinze) milhões de francos pelo tempo que ocupou as terras que eram de posse dos franceses (OLIVEIRA, 2008).

Apesar das imposições dos franceses, Portugal continuava invadindo os territórios de domínio francês, chegando até mesmo a tomar posse da Guiana em 1809, entretanto, em respeito ao primeiro tratado, o de Utrecht, Portugal precisou restituir as terras da Guiana para a França, tendo como limite o rio Oiapoque (OLIVEIRA, 2008).

3.2 Neutralização das fronteiras e relações diplomáticas.

O território que compreendia as fronteiras de Portugal e França, situado entre o rio Oiapoque e o rio Araguari, gerava até então uma disputa secular que continuaria até o século XIX. Um novo marco histórico dessa disputa tem início em 1841, onde o território cobiçado por essas coroas é neutralizado e que de acordo com Oliveira (2008), acaba desencadeando uma mútua convivência entre franceses e brasileiros.

O Contestado Franco-Brasileiro, foi a demarcação de uma área neutra entre Portugal e França, onde esperava-se como resultado que essa neutralização enfim chegasse a um acordo que realmente fosse consentido sobre a qual das coroas pertenceriam aquela região disputada por muitos anos. Esse acordo de neutralização consistia na impossibilidade de qualquer um dos dois países exercerem sua jurisdição, e também a de restrição a qualquer tipo de exploração econômica ou trocas mercantis (PAZ, 2013).

O estabelecimento de um território politicamente neutro, desde o início do século XVIII, facilitou ainda mais a constituição de um espaço quase inteiramente apartado de normatização oficial, terreno propício para o surgimento de quilombos, mocambos e outras comunidades de fugitivos, desertores e aventureiros de toda sorte, os quais desafiavam não apenas as autoridades de todos os lados das fronteiras internacionais, mas também as próprias condições de reprodução do sistema econômico vigente (PAZ, 2013, p. 3)

A partir de então, a região do contestado Franco-Brasileiro, sem nenhum tipo de vigilância, acabara que se tornaria uma terra propícia a esconderijos para fugitivos, e também a criação de vilas e comunidades quilombolas que tinham total autonomia administrativa.

De acordo com Paz (2013), os fatores que tornavam a região de fronteira tão atrativa para os fugitivos que procuravam o território contestado para se refugiar estava a posição geográfica em relação à costa, o pescado abundante e um mercado consumidor. Estudos mais atuais também demonstram que existia uma “importante e distinta dinâmica econômica, cultural e populacional entre os diversos grupos sociais que ali se instalaram, principalmente entre os séculos XVIII e XIX” (GOMES apud PAZ, 2013, p. 3).

Em virtude de vários fatores, dentre os quais se destaca a posição geográfica e a proximidade com fronteiras estrangeiras, desde o período colonial o extremo norte do país tem sido caracterizado pela intensa circulação de pessoas, produtos, ideias e experiências interligando o Brasil, sobretudo, ao Caribe e às Antilhas, além de outras possessões francesas, inglesas e holandesas na América do Sul (PAZ, 2013, p. 3)

Segundo Moraes (2020), a região amazônica desde sempre apresentou dificuldades em relação ao estabelecimento de limites de fronteiras. Por se tratar de uma área que cobre grande parte do norte da América do Sul, a Amazônia engloba uma vasta bacia hidrográfica, onde também é permeada pela maior floresta tropical da terra. Diante desses obstáculos, dificuldades de delimitação de fronteiras sempre foram existentes, geralmente delimitadas com base na localização exata de acidentes geográficos, como rios e montanhas.

Na região amazônica, os rios foram selecionados como enormes referências de limite, além de funcionarem como vias naturais para adentrar o núcleo do continente. Dessa forma, estabelecer domínio sobre territórios na Amazônia implicava em ocupar as margens dos principais cursos fluviais. Além disso, a posse de terras ali também conferia o direito de navegar livremente por toda sua extensão (MORAES, 2020).

Durante o governo imperial, o Brasil após sua independência fica à frente das relações diplomáticas com os franceses na Amazônia. Nesse contexto, a França se aproveita da situação que o Império Brasileiro enfrentava, uma revolução conhecida como “Cabanagem”, que ocorria no Pará.

A cabanagem procedeu-se em um movimento ocorrido entre os anos de 1835 a 1840 na região conhecida como Grão-Pará (localizada nos atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia), envolvendo a elite da região, lavradores, camponeses, negros escravos, pequenos comerciantes e servos indígenas, os quais aproveitaram-se de uma crise política, presente entre os governantes da província e apropriaram-se da região, criando uma revolta sangrenta que durou cerca cinco anos (MELO; SANTOS, p. 3)

A reação do Império Brasileiro se deu com a criação da colônia militar D. Pedro II, situada na margem do rio Araguari, onde os franceses contestavam como limite, o que nesse caso, foi considerado uma ameaça iminente. Diante desse cenário de tensão, onde se desenhava um possível risco de guerra, a Inglaterra em 1841, intermediou a criação do acordo que neutraliza o território entre Oiapoque e Araguari (GRANGER, 2011).

A partir da mediação britânica, França e o Império Brasileiro desarmaram suas fortificações e admitiram a obrigação de estabelecer uma demarcação mais precisa na fronteira, o que não foi obedecido (MORAES, 2020).

Mais adiante, agora no período republicano, o desfecho estava cada vez mais perto. A descoberta de ouro no rio Calçoene em 1893, resultou em mais conflitos e disputas armadas, atraindo milhares de garimpeiros brasileiros para a região. No entanto, o capitão que defendia os interesses franceses em Calçoene, Eugène Voissien, procurou dificultar o acesso dos brasileiros às minas, impondo altos impostos.

Os vilarejos da região se estabeleceram como povoados autônomos, ainda que frequentemente confrontados por várias tentativas de interferências dos governos franceses e brasileiros. Porém, a descoberta do ouro em Calçoene, as crescentes instabilidades suscitadas por esse fato, e o conflito do Amapá abalaram as configurações políticas, sociais e econômicas vigentes no Contestado, até o início da década de 1890. (PAZ, 2017, p. 241).

Essa tentativa de restringir a exploração das minas de ouro levou os brasileiros a se rebelarem, eliminando a influência francesa no contestado e estabelecendo um

triumvirato como forma de governar o Amapá. Francisco Xavier de Veiga Cabral se tornou o líder dessa nova organização.

Essa nova configuração política que surgia no contestado se estabeleceu através da reunião de uma pequena parcela de moradores do povoado do Amapá, para eleger um triumvirato composto primeiramente por Veiga Cabral, cônego Maltês e Desidério Coelho. Essa nova organização política denominada de triumvirato tinha o propósito de controle da exploração de minérios na região contestada, mais especificamente no povoado do Amapá. Com esse domínio, o triumvirato garantia aos brasileiros o livre acesso aos rios do contestado onde ocorria a extração de ouro. Com essa autoridade consolidada, o grupo liderado por Veiga Cabral proibia o acesso de estrangeiros, principalmente os que vinham de Caiena, o acesso às minas. O período de governo do triumvirato foi de 27 de dezembro de 1894 até 15 de maio de 1895 (PAZ, 2017).

Outro episódio que acirrou a tensão entre França e Brasil, foi a captura do líder Trajano Bentes, do povoado do Amapá, que teria sido deposto anteriormente a criação do triumvirato. Após o governo de Veiga Cabral assumir o poder, foi ordenado a prisão de Trajano, que de acordo com Paz (2017), era dedicado aos interesses franceses.

Em contrapartida, a reação parte dos franceses foi extremamente violenta, culminando em um confronto armado entre as forças irregulares brasileiras e as tropas francesas. Assim “o ápice da tensão envolvendo a população do Amapá e a mineração de ouro no Contestado ocorreu na manhã do dia 15 de maio de 1895, quando aquele povoado foi invadido por tropas enviadas de Caiena, a mando do governador Camille Charvein” (PAZ, 2017, p. 232).

O episódio causou um alvoroço internacional e fez com que ambos os países buscassem um acordo diplomático definitivo para resolver a questão, submetendo a disputa de limites à arbitragem do Presidente da Confederação Suíça. A proteção dos interesses brasileiros ficou a cargo do Barão do Rio Branco, que ficou à frente das negociações diplomáticas para defender os interesses da República Brasileira.

3.3 As relações de troca e poder no contestado.

Durante todos os anos de neutralização da região do contestado Franco-Brasileiro, muitos personagens exerceram papéis importantes nas lutas por autonomia e controle na região. No que tange a análise teórica proposta aqui no texto, para Norbert Elias, o

conceito de figuração apresenta-se nesse contexto como uma teia de conexões de indivíduos interdependentes que se relacionam entre si e que fazem negociações e trocas bastante ativas. Quando tratamos da região do contestado, os indivíduos inseridos nesse território também formam configurações. Indígenas, soldados desertores, escravizados fugitivos, donos de terras e militares seriam o que Elias entende como “jogadores”, e nessa teia complexa, as “competições por prestígio e status podem ser observadas em muitas formações sociais” (ELIAS, 2001, p. 110), inclusive no contestado.

A partir da análise de Elias, trataremos da trajetória de Remígio Antônio, líder do povoado do Amapá, ou “principal” como também era reconhecido pelas autoridades militares brasileiras.

O povoado do Amapá, era localizado na área contestada, e nas primeiras duas décadas depois da neutralização esse povoado tinha uma influência considerável e de bastante destaque naquela região. O líder desse povoado era o indígena Remígio Antônio, conhecido entre os habitantes do contestado, era frequentemente procurado para deter criminosos e assassinos que causasse transtornos e inseguranças na comunidade. Essa liderança de Remígio, passou a ser dividida com a notória expansão do quilombo de Cunani a partir da década de 1860, este por sua vez estava sob a liderança de Trajano Bentes.

Simultaneamente a essas lideranças estabelecidas, acontecia entre os povoados da região contestada um crescimento de conexões comerciais já definidas com o Pará e a Guiana Francesa (PAZ, 2023).

A liderança de Remígio, logo passou a ser notada pelo governador Tardy de Montravel da Guiana, e pelo cônsul brasileiro João Wilkens de Mattos em Caiena, que questionavam-se sobre quais estratégias eles adotariam na situação na qual um líder que obtinha o título de “principal do Amapá” tratava diligências em território litigioso. Era consenso entre as autoridades diplomáticas que crimes cometidos na região neutralizada não poderiam ficar impunes, entretanto, reconheciam os acordos tratados em que nem França e Brasil poderiam exercer qualquer tipo de jurisdição sobre a região do contestado, visto que se tratava de um território litigioso.

Nesse caso, as duas nações entravam em um impasse, pois também não poderiam impedir que Remígio continuasse resolvendo diligências e efetivando prisões. O que na verdade deveria ser definido era a forma de como, onde e por quem os criminosos da fronteira seriam julgados (PAZ, 2023).

As negociações diplomáticas entre Tardy de Montravel e Mattos a respeito dos julgamentos feitos no contestado confluíram para que os criminosos do território fossem entregues para justiça brasileira ou francesa, e nesse caso seriam julgados por qualquer uma delas. Nesse contexto, a colaboração de Remígio Antônio se fazia indispensável para as autoridades, onde ficou responsável pela execução das prisões, e lhe foi atribuído o poder de polícia e de autoridade política local (PAZ, 2023).

As fugas eram cada vez mais constantes na região litigiosa, e com a influência e autoridade de Remígio dada pelas autoridades, a responsabilidade de capturar militares desertores e escravizados fugitivos tornava-se cada vez maior. Entre os obstáculos que tornava as capturas mais dificultosas, estava as relações feitas pelos fugitivos com os agentes locais, que de acordo com Paz (2023), protegiam os desertores. O alvo das capturas em 1862, eram os soldados desertores que estavam envolvidos no motim da Colônia Militar Pedro II, que aconteceu em 15 de maio de 1855.

Outra dificuldade de captura desses soldados era o fato de que estavam na faixa etária entre os 23 e 37 anos de idade, características essas que lhe acumulavam vantagens durante as “movimentações em meios aos povoados, quilombos e aldeias no extremo norte amazônico” (PAZ, 2023, p. 172), também possuíam anos de experiência militar que seriam suficientes para driblar as perseguições. Contudo, na medida em que passava o tempo, os fugitivos seguiram seus próprios rumos criando suas próprias redes de comunicação e configuração. Dessa forma, deter esses desertores gerava não apenas o custeio para o envio de tropas, mas também se fazia necessário obter fontes seguras de informação que pudessem colaborar com as autoridades dos governos, essa fonte deveriam colaborar apontando esconderijos, rotas e indivíduos que protegiam esses fugitivos. Era comum que essas fontes indicassem falsas denúncias e equívocos na captura de suspeitos, o que gerava embaraço nas investigações e muitos recursos materiais e financeiros (PAZ, 2023).

Em virtude dessas problemáticas, as autoridades chegaram a conclusão que a melhor alternativa para capturar fugitivos era negociar com Remígio Antônio. O Império do Brasil acreditava que essa liderança poderia ajudar no cerco de fugitivos que estivessem ao seu alcance. Entretanto, apesar de consolidada hegemonia política de Remígio, o mesmo vinha enfrentando desafios para exercer seus domínios nos povoados da vila do Amapá. Esses desafios partiam do Cunani, onde “estaria se formando um novo núcleo de população, reunindo os foragidos que procuram mais seguro refúgio” (PAZ,

2023. p 179). Sendo assim, Remígio estaria começando a sofrer fortes imposições por parte dos indivíduos do Cunani que ali estavam se estabelecendo.

Neste contexto, passamos a perceber uma mudança significativa na estrutura social da liderança da região do contestado, visto que, novos personagens entraram em cena para disputar o domínio político daquele território.

3.4 Formação da república do Cunani.

Em 1886, um grupo de aventureiros brasileiros e crioulos da Guiana Francesa, liderado pelo geógrafo francês Jules Gross, fundaram a república do Cunani, que era situada na região do contestado. Para alguns historiadores amapaenses, esta república foi uma iniciativa francesa que tinha como objetivo a criação de uma localidade que fosse independente do Brasil, mas sob a proteção da França. (OLIVEIRA, 2008).

Durante os séculos XVII a XIX, a então vila de Cunani recebia influência da Guiana Francesa, essa influência era estabelecida através de relações comerciais que ligavam duas regiões de mais fácil acesso em comparação com outras regiões do Contestado.

O acordo de neutralização da área do contestado, facilitou para que os povoados criassem autonomia para organizar suas próprias leis e a administração do lugar. Após a descoberta de ouro nesta região, o fluxo de indivíduos na fronteira disparou de forma considerável, essas migrações de garimpeiros recebiam os negros do Suriname e da Guiana, além de crioulos guianeses e antilhanos que partiam para Calçoene. Vários atores que não estavam envolvidos no processo de organização das colônias viram no território contestado um local de liberdade.

De acordo com Cardoso (2008), durante esse período, a vila de Cunani passa por mudanças em sua composição étnica ao incorporar outros grupos étnicos, incluindo um grande número de escravizados que escapavam do regime colonial escravista.

Um evento de grande importância para a história local ocorreu em Cunani. Em 1885, o escritor Jules Gros e o cientista Henri Coudreau, ambos franceses, estabeleceram a República de Cunani lá. Jules Gros foi o presidente da República e, ao estabelecer o governo, criou a “Ordem da Cavalaria Estrela de Cunani”, estabeleceu leis, emitiu moedas e instituiu honrarias.

A República teve seu território delimitado entre os rios Oiapoque e Araguari (Contestado Franco-Brasileiro) e tinha sua capital na Vila de Cunani, com uma população

de aproximadamente seiscentos habitantes, composta principalmente por escravizados fugitivos, desertores e criminosos (GOMES, 1999).

Trajano Bentes foi um personagem importante na figuração do contestado, era considerado o representante legal do governo francês no Cunani, e recebeu o título de capitão, sua posição de representante legítimo na vila do Cunani durou décadas, abrangendo os períodos de 1865 até 1880. A partir desse ano, a liderança de Trajano passava a ser contestada por moradores da vila, que questionavam a aproximação do líder com o governo de Caiena. Sua influência política e liderança na região se mostra importante por participar de várias aspectos sociais e também políticos da vila do Cunani, e também por estabelecer relações comerciais e políticas com o governo de Caiena. Nesse sentido, podemos verificar a trajetória singular de Trajano Bentes, afrobrasileiro, natural da vila paraense de Curuçá, que conseguiu conquistar sua liberdade e romper o vínculo com o regime colonial escravista e tendo uma importante atuação política de liderança na região do contestado brasileiro.

A república do Cunani não foi aceita pela monarquia francesa e representava um desrespeito ao acordo de neutralização do território. Nesse contexto, a partir do momento que o governo francês toma conhecimento dessa tentativa de independência do Cunani, a reação foi extingui-lo por completo, cassando direitos políticos e administrativos. (OLIVEIRA, 2008).

Tal "aventura" teve curta duração. No dia 2 de setembro de 1887, depois de permitir que Jules Gros constituísse um governo e criasse a Ordem de Cavalaria Estrela de Cunani, o governo francês teria decidido acabar com a caricata República, embora pagando bons proventos financeiros aos aventureiros e tornando-se alvo de escárnio no próprio país. Não obstante, as autoridades brasileiras e as elites paraenses continuaram se mostrando preocupadas com as pretensões expansionistas dos governos de Caiena é de Paris," com a possibilidade de estrangeiros estarem agenciando fugas de escravos na região e, sobretudo, com as eventuais conexões entre estes dois movimentos (GOMES; MARÇAL, p. 43)

No dia 02 de Setembro de 1887, a república do Cunani chega ao seu fim, tendo uma curta duração de apenas 1 ano. De acordo com Paz (2013), o Cunani tinha um corpo administrativo composto principalmente por escravizados fugitivos que haviam encontrado abrigo seguro na área litigiosa, embora os donos deles fossem todos conhecidos, e seria lógico supor que essa população tinha plena consciência das oportunidades que a disputa entre a França e o Brasil oferecia a ela.

3.5 O laudo suíço.

O estopim para a tomada de decisão definitiva em relação a região do contestado foi a descoberta de jazidas de ouro na região de Calçoene, que levaram os conflitos armados ao nível mais violento dessa disputa. De acordo com Granger (2011), muitos garimpeiros que vinham da Guiana e das Antilhas francesas e britânicas acirraram a disputa com garimpeiros paraenses na região, gerando assim, um “deslocamento populacional intenso ao Contestado e a proximidade deste a Caiena, em relação à Belém, iniciou-se um processo de dominação cultural e econômica da área pela França” (OLIVEIRA, 2008, p. 36). A dominação da França na região chegou ao nível em que seu representante, Eugene Voissien, proibiu o acesso de brasileiros às minas, onde só quem poderia explorar as jazidas de ouro seriam os franceses.

Com a formação do Triunvirato brasileiro, a reação às investidas francesas foi a prisão de Trajano Bentes, nomeado pelos franceses como autoridade máxima na região do Cunani e que estaria subordinado somente à jurisdição francesa (OLIVEIRA, 2008).

Assim, no Cunani em março de 1894, o mais longo e notório líder de toda a região, Trajano Cypriano Bentes, foi destituído por opositores fielmente alinhados com a República brasileira, e que tinham a seu favor os descontentamentos e incertezas dos moradores mais jovens. À frente destes estava o ex-escravo José da Luz Sereja. No Amapá, a chegada do insurrecto político Francisco Xavier da Veiga Cabral – o Cabralzinho –, em dezembro de 1894, também levou à destituição do governo vigente e à formação de um triunvirato igualmente ligado ao Brasil (PAZ, 2017, p. 263).

A prisão de Trajano pelo líder do grupo, Francisco Xavier da Veiga Cabral, conhecido como “Cabralzinho”, se deu por atos de desonra aos símbolos brasileiros, e foi acusado de não hastear a bandeira brasileira no território do Cunani, o que foi considerado um ato desrespeitoso para o Brasil.

Segundo Granger (2011), o governador da Guiana Francesa, Charvein, como contrapartida enviou um destacamento militar para que fosse feita a libertação de Trajano. Nesse contexto, em 15 de maio de 1895, soldados franceses sob o comando do capitão Lunier, desembarcaram no cais da vila de Amapá à procura de Cabralzinho, onde o encontraram com uma pequena milícia formada por quatorze homens que resistiram à invasão.

Esse embate violento entre as tropas francesas e o grupo de Cabralzinho, ocasionou a morte do comandante Lunier. Diante disso, as tropas francesas atacaram a população da vila antes de se retirarem do território. Esse ataque na verdade foi um massacre dessa população, que resultou na morte de quarenta moradores do povoado do Amapá, que tiveram suas casas queimadas e estabelecimentos saqueados.

Esses acontecimentos tiveram repercussão internacional, assim, a proposta brasileira de uma arbitragem internacional para resolver o litígio conseguiu convencer a França em 1897, e tanto a Suíça foi escolhida, quanto aceita por ambas as partes.

José Maria Paranhos Júnior, mais conhecido como Barão do Rio Branco, foi a figura chave para a defesa legítima das terras para a arbitragem suíça. O principal legado do Barão do Rio Branco para o progresso do Brasil, foi a delimitação de suas fronteiras. O Barão obteve sucesso em grande parte de seus conflitos, utilizando-se da diplomacia para obter vantagem sobre países como França, Bolívia, Venezuela, Argentina e Peru (FURTADO, 2022).

A atuação do Barão de Rio Branco se deu com o desenvolvimento de um estudo que ajudou bastante nas negociações do Compromisso Arbitral de 10 de Abril de 1897. Esse estudo buscava a criação de uma “Memória Justificativa dos direitos do Brasil na controvérsia de fronteiras com a Guiana Francesa” (OLIVEIRA, 2022, p 39), que seria o documento que comprovaria a legitimidade do Brasil sobre aquelas terras. Na sua tese de dois volumes, o diplomata brasileiro resgatou vários mapas e inúmeros documentos que afirmavam que as fronteiras do rio Oiapoque e do rio Vicente Pinzón se tratavam do mesmo rio, onde nesse contexto, o mais coerente de acordo com Barão, seria que fosse restabelecido a fronteira acordada pelo Tratado de Utrecht de 1713. Em contrapartida, a França argumentava que o limite do Rio Oiapoque ou Vicente Pinzón, seria o rio Araguari.

Diante disso, cabia ao Presidente do Conselho Federal Suíço, Walter Hauser, escolhido como árbitro para solucionar de forma definitiva a questão dos limites territoriais entre Brasil e França, a resolução deste conflito. Neste contexto, as pretensões francesas de que a arbitragem se baseasse apenas no sentido preciso do artigo VIII do Tratado de Utrecht foram consideradas infundadas pelo governo suíço. Eles argumentaram que a interpretação do tratado não deveria ignorar os conhecimentos fornecidos pela história e pela geografia. Portanto, qualquer proposta apoiada em razões de igualdade ou conveniência foi rejeitada pela própria natureza das coisas (FURTADO, 2022).

Finalmente, em 1º de dezembro de 1900, a arbitragem suíça decidiu a favor do Brasil, reconhecendo definitivamente a propriedade brasileira das terras do Contestado e designando o rio Oiapoque como limite territorial entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Diante do exposto nesta seção, foram analisados alguns dos importantes processos de mudanças na estrutura social que ocorriam no contestado, desde o desenvolvimento

do início das tensões e disputas pelo território na área litigiosa entre as coroas portuguesa e francesa, bem como os motivos que levaram a neutralização do território contestado. Em seguida, seguimos a análise das relações de troca e poder figuradas por personagens importantes que tiveram influência e liderança política na área neutralizada, e a formação da república do Cunani, onde os episódios que lá ocorreram levaram a arbitragem suíça, que marcou o fim das disputas diplomáticas na região do contestado franco-amapaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contestado franco-amapaense foi um conflito diplomático entre duas nações colonizadoras (França e Portugal), que foi estrategicamente aproveitado pelos africanos e afrodescendentes escravizados para lutar por sua liberdade. As configurações e as relações de interdependências protagonizadas por esses agentes históricos, que conseguiram no território neutralizado romper com o regime colonial escravista, criando e recriando suas próprias trajetórias de vida, levaram o surgimento de espaços de resistência como os quilombos/mocambos que se organizaram na região. Significou assim a revelia dos interesses das duas nações colonizadoras, uma área de liberdade em relação ao regime escravista, que soube ser aproveitada pelos escravizados.

Nesse sentido, a Sociologia do Espaço de Pierre Bourdieu desempenhou um papel fundamental na compreensão inicial da principal problemática da pesquisa: compreender a maneira como os africanos escravizados se espacializaram no estado. Por meio dos conceitos de região, divisão/classificação, lutas regionais e representação, foi possível realizar uma análise do período de estudo, esclarecendo os fatores sociológicos e vetores das atividades econômicas, geopolíticas, regionais e nacionais daquela época. A sociologia figuracional de Norbert Elias com o conceito de figuração, foi um fator essencial na construção deste trabalho, levando em consideração os processos de mudanças estruturais do período, tendo em vista o papel central do processo colonizador

Destaca-se então a relevância dos estudos sociológicos, voltados para a compreensão dos processos colonizadores que ocorreram na Amazônia escravista. Também é importante ressaltar a análise dos conflitos e das tensões que ocorreram no processo de ocupação das fronteiras, que levaram ao movimento de resistência dos povos africanos e afrodescendentes no Brasil, tendo em vista o contestado Franco-Amapaense como importante chave de análise para compreender os processos de formação das atuais comunidades negras rurais do Amapá.

Podemos concluir que a conjuntura do Contestado Franco-Amapaense se tornou uma ferramenta de resistência para negros escravizados de diversas regiões, isso porque, um território livre dos códigos de leis de ambos os países favorecia um cenário onde as fugas desses indivíduos para a região eram dadas como oportunidade de liberdade. Quando já estabelecidos no território contestado, entre os rios Araguari e Oiapoque, se iniciou a formação de quilombos/ mocambos que tinham para além de autonomia política, poder econômico e de articulação com outros grupos sociais que também ocupavam a área de contestado como garimpeiros, pescadores , taberneiros, camponeses, entre outros sujeitos que figuravam uma extensa rede de interdependência.

Outro fator que se refere a autonomia econômica dos ocupantes do território contestado, é a descoberta de jazidas de ouro na região do rio Calçoene, no fim do século XIX, que entre outras atividades econômicas que circulavam livremente pelo território, teve um papel fundamental na circulação interna de recursos e permanência de diversos grupos de indivíduos, estando entre eles os negros escravizados fugitivos.

Se em 1841 os governos do Brasil e França decidiram neutralizar o território que passou a ser chamado de contestado Franco-Brasileiro e somente em 1900 essa área passou a pertencer oficialmente a grande parte do estado do Amapá, por mais de meio século, comunidades foram formadas em uma realidade atípica onde era possível desafiar as autoridades das fronteiras, desarticular a reprodução do sistema econômico e até mesmo inviabilizar a efetivação do sistema escravocrata na região.

A criação da república do Cunani teve atuação de relevantes agentes históricos, como Trajano Bentes, que protagonizou uma relação política dentro dessa república. A república do Cunani possuía uma complexa organização social e uma rede de alianças entre as fronteiras. As configurações sociais existentes no Cunani, eram em sua maioria organizadas por indivíduos proscritos e ex escravizados que reconheciam as possibilidades de liberdade que a disputa territorial entre França e Brasil ofereciam. Portanto, a criação dessa república independente estava interessada em administrar seus próprios domínios e gerenciar o território de acordo com seus próprios interesses.

Outro fator relevante para a condução da história do Contestado Franco-Amapaense foi a arbitragem suíça, que foi fundamental para a resolução dos conflitos por vias diplomáticas, tendo como importante ator o Barão do Rio Branco, que em prol dos interesses brasileiros trouxe para o Brasil a anexação de um território estratégico, localizado no extremo norte do país e tendo como limite o rio Oiapoque, que hoje faz parte da configuração geográfica do país.

Em suma, o contestado franco-brasileiro começa como uma tensão entre duas nações colonizadoras, e pelos africanos e afrodescendentes juntamente com outros atores, é convertido em figuração própria, com autonomia econômica consolidada e autonomia política em vias de consolidação. Esta autonomia política só não se consolidou porque interrompeu uma tensão muito severa na figuração controlada por França e Portugal, que impediram a figuração quilombola do contestado de se consolidar.

Dito isto, o presente trabalho sobre o contestado Franco-Amapaense com o estudo sobre a formação das comunidades negras rurais do atual estado do Amapá, teve como revisão de literatura um número considerável de pesquisas feitas por pesquisadores da região amazônica que colaboraram muito na produção desse trabalho. E dessa forma, tende a auxiliar juntamente com esses estudos a ampliação do conhecimento científico e do conhecimento histórico em que essas comunidades surgiram durante o contestado franco-amapaense. Como possibilidades de pesquisas futuras, enxergamos a relação dessas comunidades negras rurais com a atual comunidade do Cunani de forma mais aprofundada, e também, como se comporta essas relações diplomáticas nos dias atuais, expandindo assim as discussões mais recentes em relação à fronteira Amapaense com a Guiana Francesa.

Mesmo com a desconstrução do contestado como figuração autônoma, sua existência de mais de meio século foi variável importantíssima na formação dos mocambos e atuais comunidades quilombolas do estado do Amapá. A partir dos processos de ocupação das fronteiras, foi possível compreender a espacialização desses indivíduos que foram incorporados à força a uma conjuntura escravista e privado de liberdade no território do Amapá. Além disso, as tensões e conflitos que se desenrolaram nos limites fronteiriços possibilitaram a identificação de relações de interdependência que auxiliaram na resistência a esse processo colonizador na Amazônia setentrional. Afinal, a partir do contestado muitos afrodescendentes escravizados conseguiram sua liberdade e firmaram suas comunidades na região do contestado.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Francinete do Socorro dos Santos. **Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado Franco-Brasileiro na última década do século XIX**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.
- CERQUEIRA, Adriano S. Lopes da Gama. Os métodos de investigação histórica da sociologia comparativa. **Varia História**, Belo Horizonte, nº 17, 1997, p.51-58.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John I. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia de poder a partir de uma pequena comunidade**. Tradução Vera Ribeiro; Tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Süsserkind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ELIAS, Norbert. 1999. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [orig. 1969].
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FURTADO, Brenna Kásia de Almeida. **O contestado franco-brasileiro na obra do barão do rio branco: uma análise das memórias de rio-branco sobre a fronteira do Amapá (século XIX)**. 2022. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Ppgh - Unifap, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

GOMES, Flávio dos Santos; QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Entre fronteiras e limites: identidades e espaços transnacionais na guiana brasileira** - séculos XVIII e XIX. Estudos Ibero-Americanos, Rio Grande do Sul, v. , n. 1, p. 21-50, jun. 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **“Fronteiras e mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira”**. In: GOMES, Flávio dos (organizador). Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX). Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil** (sécs - XVII-XIX). Tese de doutorado - Ifch/Unicamp, São Paulo, 1997.

GRANGER, Stéphanie. **O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia**. **Revista Cantareira: dossiê guerras, conflitos e tensões**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 17, p. 21-39, jun. 2011.

JUCA, Thaylana Soraya da Silva. **O novo contestado: territorialidade e conflitos entre o Parque Nacional do Cabo Orange e a comunidade remanescente do quilombo de Cunani, no estado do Amapá**. 2015. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

MELO, Maria de Nazaré Santos; SANTOS, Maysa Leite Serra dos. **Cabanagem: A história vivenciada na região do Grão-Pará**. Brazilian Journal Of Development. Curitiba, p. 103318-103333. dez. 2020

MORAES, Ricardo Caetano de. **A disputa pelo Amapá: o uso do poder militar e da diplomacia na definição da fronteira do extremo norte do Brasil**. 2020. 16 f. TCC - Curso de Especialização em História Militar, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

OLIVEIRA, Emelin Layana Santos de. **O contestado franco-brasileiro: Os tratados sobre o limite territorial entre o Amapá e a Guiana Francesa**. 2008. 75 f. Monografia- Curso de Direito, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PAZ, Adalberto. **Fugitivos, desertores, forasteiros e suas repúblicas: política, trabalho e cidadania no extremo norte amazônico (1876-1895)**. **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**, p.1-16, jul. 2013.

PAZ, Adalberto. **Muitos sujeitos, outros governos, nenhuma pátria: fugitivos, autoridades e disputas territoriais na Amazônia entre os séculos XIX e XX**. **IX Semana de História: O ensino e a pesquisa de história no Amapá: perspectivas e desafios**, Macapá, p.1-16, dez. 2013

PAZ, Adalberto. **Mobilidades clandestinas em rotas contestadas: -escravos fugidos, desertores e criminosos entre o Pará, o contestado franco-brasileiro e a Guiana Francesa na década de 1860**. in: Cancela, Cristina Donza; CASTRO, Lara. **Nortes Migrantes: deslocamentos, trajetórias e ocupação na Amazônia brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2023. p. 170-191.

PAZ, Adalberto. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. 2017. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. História, mito e memória: o Cunani e outras Repúblicas. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)**. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

REIS, Arthur Cezar F. **Território do Amapá**: perfil histórico. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; SANTOS GOMES, Flávio. **dicionário da escravidão e liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.